



Em que medida a Geografia Escolar contribui para a formação cidadã?

¿En qué medida la Geografía Escolar contribuye a la formación ciudadana?

Lúcio Antônio Leite Alvarenga Botelho - UFMG – Minas Gerais - Brasil
lbotelho27@gmail.com

RESUMO

O papel das Ciências Humanas, como área que contribui para a formação cidadã, está presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, a qual aponta que é necessário compreender, interpretar e avaliar os significados das ações humanas pretéritas, presentes e futuras para que o aluno compreenda que ele faz parte de determinada circunstância histórica, e, assim sendo, se torne consciente e responsável. A partir dessas diretrizes, que envolvem a Geografia Escolar, nos fazemos a seguinte pergunta: em que medida a Geografia Escolar contribui para a formação cidadã? Para trazer luz a esta questão e outras associadas a esse contexto, este texto apresenta algumas indagações com vistas a refletir sobre a formação cidadã dos discentes por meio do ensino de Geografia. Mediante uso de revisão bibliográfica, inicialmente discorreremos sobre o significado da formação cidadã e de sua relação com o ensino de Geografia. A seguir, apresentamos brevemente o contexto desta temática no Brasil e na União Europeia, mais especificamente na Itália. Neste ponto, nosso objetivo é compreender como se insere tal discussão em uma outra realidade sociocultural e, conseqüentemente, distinta daquela vigente no País. Por fim, buscamos apontar algumas considerações, para além das corriqueiras, sobre a formação cidadã.

Palavras-chave: Ensino de Geografia, Formação cidadã, Normativas curriculares.

Resumen

El papel de las Ciencias Humanas, como área que contribuye a la formación ciudadana, está presente en la *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC), aprobada en 2017, que señala que es necesario comprender, interpretar y evaluar los significados de las acciones humanas del pasado, presente y futuras futuro para que el alumno comprenda que forma parte de una determinada circunstancia histórica, y, por tanto, tome conciencia y responsabilidad. A partir de estos lineamientos, que involucran a la Geografía Escolar, nos hacemos la siguiente pregunta: ¿En qué medida la Geografía Escolar contribuye a la formación ciudadana? Para arrojar luz sobre este tema y otros asociados a este contexto, este texto presenta algunas preguntas con miras a reflexionar sobre la formación ciudadana de los estudiantes a través de la enseñanza de la Geografía. Mediante el uso de una revisión bibliográfica, discutimos inicialmente el significado de la educación ciudadana y su relación con la enseñanza de la Geografía. A continuación, presentamos brevemente el contexto de este tema en Brasil y en la Unión Europea, más específicamente en Italia. En este punto, nuestro objetivo es comprender cómo esta discusión se inserta en otra realidad sociocultural y, en consecuencia, diferente a la que prevalece en el país. Finalmente, buscamos señalar algunas consideraciones, además de las comunes, sobre la educación ciudadana.

Palabras clave: Enseñanza de la Geografía, Formación ciudadana, Normativa curricular.

Introdução

A Geografia presente na escola é considerada uma disciplina de referência. De modo generalizado, o seu ensino continua ainda atrelado, em alguma medida, ao enciclopedismo e ao modo didático-pedagógico tradicional, fato que confere distância de um aprendizado baseado na cientificidade da Geografia. Contudo, o objetivo da Geografia na escola não é o de acumular ou reter informações. A consciência geográfica possui atributos válidos e de significativa importância para o desenvolvimento pleno da vida do aluno, daí o quão fundamental é essa disciplina no currículo escolar.

Com base em contribuições de variados autores clássicos e contemporâneos, podemos dizer que o reconhecimento da importância da formação cidadã advinda do estudo da Geografia na escola não é um pensamento recente. Compreendemos, ainda, que essa deveria ser uma questão praticamente aceita de forma unânime entre os docentes dessa disciplina. Há, portanto, uma série de artigos e livros sobre o ensino de Geografia que ressalta essa importância.

Neste sentido, Almeida et al. (2019, p.14) asseveram que a Geografia é fundante e definidora de realidade, e levando em consideração a posição dos alunos diante da importância em se aprender Geografia, os autores apontam que:

As razões que dão sentido ao componente curricular geografia repousam exatamente nos conteúdos concretos de que são constituídas as várias realidades sociais ou, se preferirmos, as diversas geografias construídas e vividas pelos indivíduos em sociedade.

Portanto, assim como os temas que a história apresenta servem para que os alunos criem condições de entenderem a si e aos demais como portadores históricos, analogamente ao ensino de geografia, cabe responder: o que está, onde está e por que está onde está. Isso denuncia a questão primeira e fundamental que descortina o pensamento da geografia: ONDE? (ALMEIDA et al., 2019, p.14)

De acordo com De Vecchis (2011), já no nascimento da Geografia científica, em meados do final do século XVIII e início do século XIX, quando o pensamento de Kant exercia grande influência sobre essa ciência, o mesmo afirmou que a Geografia “[...] faz de nós cidadãos do mundo e nos coloca em correlação com as nações mais remotas¹” (KANT, 1807, p.32 apud DE VECCHIS, 2011, p.5).

Nessa perspectiva, Callai (2018), em convergência com as ideias de Pinsky (1999), aponta o que a Geografia Escolar deve instrumentalizar os alunos ao criar a teorização das questões relativas à sua própria vida. Pois considera que a cidadania:

[...] enfaixa uma série de direitos, deveres e atitudes relativos ao cidadão, aquele indivíduo que estabeleceu um contrato com seus iguais para a utilização de serviços em troca de pagamento (taxas e impostos) e de sua participação, ativa ou passiva, na administração comum [...]. (CALLAI, 2018, p.12)

¹ Original: “Essa ci rende cittadini del mondo e ci mette in correlazione con le nazioni più remote”.

A autora complementa as articulações de suas ideias afirmando que “a cidadania implica em se reconhecer com identidade e pertencimento no mundo comum e que implique a manifestação de uma consciência de pertinência e responsabilidade coletiva.” (CALLAI, 2018, p.12).

Portanto, essas ideias estão relacionadas a uma educação geográfica que objetiva aproximar-se de processos do ensino e da aprendizagem que sejam favoráveis ao desenvolvimento do próprio pensamento do aluno, levando-o à consciência de seu cotidiano e de suas ações e deveres como cidadão.

Nesse sentido, vale recorrer ao conceito de educação geográfica apresentado por LLANCAVIL e QUITULEF (2021, p.28):

É uma área do conhecimento educativo que integra o saber pedagógico e o conhecimento geográfico. Se preocupa com o desenvolvimento do pensamento espacial e a formação de uma racionalidade geográfica que indaga sobre as problemáticas sociais e ambientais que afetam o ser humano em sua vinculação com a natureza.²

Cavalcanti (2019) aponta a Geografia como uma disciplina de fundamental relevância na formação das pessoas, na formação dos cidadãos, uma vez que acredita que o ensino de Geografia deva estar envolvido com o social e com a consciência coletiva dos alunos. Afirma, ainda, que é a partir dos conceitos geográficos oriundos da formação escolar, como por exemplo o conceito espaço público, é permitido aos alunos fazerem generalizações. Esse tipo de prática dá a possibilidade de analisar em outras perspectivas a realidade. Em suas palavras, Cavalcanti (2019, p.215) afirma que:

Os alunos podem assim entender que sua subjetividade é socialmente constituída. É na relação com os outros que se constitui o sujeito, com seus instrumentos mediadores internalizados, para se compreender melhor o mundo para se produzirem ações com maior autonomia e consciência.

Abordagem da formação cidadã em dois contextos diversos

Segundo Callai (2018), a abordagem da cidadania na escola básica no Brasil já estava presente nas orientações curriculares no período da ditadura militar de 1964, em disciplinas como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira. No entanto, o tema ganha destaque com o processo de abertura política no Brasil, no pós-ditadura, e já denota importância na Constituição da República de 1988, intitulada Constituição Cidadã. A autora destaca que devemos estar atentos ao significado atribuído ao termo cidadania, que varia conforme ao contexto histórico (CALLAI, 2018). Pezzato (2018) compartilha das mesmas ideias, afirmando que a partir da década de 1970 o estudo da localidade gradativamente ganha destaque em documentos oficiais brasileiros relativos à política curricular, fato que confere importância às temáticas que

² No Original: “Es un área del conocimiento educativo que integra el saber pedagógico y el conocimiento geográfico. Se preocupa del desarrollo del pensamiento espacial y la formación de una racionalidad geográfica que indaga sobre las problemáticas sociales y ambientales que afectan al ser humano en su vinculación con la naturaleza”.

envolvem a cidadania nos documentos ulteriores. De acordo com o autor, o estudo da localidade se baseava nos denominados círculos concêntricos, ou seja, o ensino do mais próximo, no caso a escola, a família, o bairro e a cidade, para o mais distante, como o Estado, a nação e o mundo. O autor destaca que a partir da ênfase ao estudo da localidade na Geografia se percebe a garantia da presença do tema cidadania nas orientações curriculares (PEZZATO, 2018).

Além da constituição de 1988, a temática da cidadania está também presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional³ – LDB/1996, nos Parâmetros Curriculares Nacionais⁴ – PCNs/1997, na Resolução nº3/98, no Projeto de Reforma do Ensino Médio, no Parecer da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCNs⁵ 2013, e no Programa Nacional do Livro Didático – PNLD (CALLAI, 2018; PEZZATO, 2018).

Segundo Pezzato (2018), de modo geral as escolas compreendem que ao se envolverem em temas do cotidiano do aluno, como os que apresentaremos a seguir, tem-se a intenção de contemplar a proposta da formação cidadã do indivíduo:

A elaboração de projetos de reciclagem de lixo, de escolas ou de bairros, e o entendimento da escassez de água potável no mundo atual são temas a serem tratados nas escolas, como componente curricular, cuja importância é de consenso inequívoco. (PEZZATO, 2018, p. 260).

Entretanto, apesar do reconhecimento sobre a importância desses conteúdos na escola, o autor nos chama a atenção para o tratamento discursivo da cidadania e dos temas correlatos, que também podem ser tratados por outras disciplinas. Sua preocupação é que as temáticas relacionadas à cidadania possam correr o risco de cair no vazio, na falta de sentido e no simplismo:

Contudo, o fato de todos os componentes ou disciplinas curriculares abordarem o tema “cidadania”, entre outros, possibilitam ou garantem o exercício de “uma cidadania de qualidade nova”? Porém, as indicações correspondentes ao termo cidadania veiculadas nos documentos indicam fazer “tábua rasa” do tratamento discursivo do conceito cidadania. (PEZZATO, 2018, p.260).

Nesse sentido, Pezzato (2018) primeiramente nos aponta que a indicação do estudo do espaço de vivência do aluno não é um fato novo, pois já estava presente nos documentos que precedem a BNCC e, até mesmo, bem antes deles. E, em seguida, assim como Callai (2018), nos provoca a pensar no discurso desse conceito diante da forma como as questões vinculadas às atitudes do cidadão são usualmente trabalhadas na escola. Ao nosso ver, tais práticas se distanciam da função da Geografia. Esse componente não pode ficar fadado a práticas como as mencionadas, a Geografia é

³ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (n. 9.394) foi promulgada em 20 de dezembro de 1996 e, desde então, ocorreram inúmeras atualizações.

⁴ Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) foram estabelecidos em 1997 e não são obrigatórios, no entanto, também servem como referência para a elaboração dos currículos escolares.

⁵ As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's), aprovadas em julho de 2010, reforçam a elaboração de uma base comum curricular para a Educação Básica.

muito mais que isso. A pergunta que nos fica é: como a Geografia deve tratar os temas vinculados à cidadania sem cair na tábua rasa que nos adverte Pezzato? Para responder a esta pergunta, usaremos outra de Callai (1998, p.2): “A saída seria desenvolver o ensino a partir de problemáticas que tenham a ver com os problemas da realidade enfrentados hoje pela população?”

Em concordância com esse pensamento, no trecho a seguir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) percebe-se a preocupação contida na normativa com a indicação de um ensino de Geografia que vá ao encontro de um ensino que possibilite ao sujeito desenvolver competências relativas a uma cidadania ativa, se reconhecer no mundo, e, neste caso, reconhecer remete a ter direitos e a ter deveres. Por conseguinte, ter consciência de fazer parte de uma comunidade territorialmente organizada, reconhecendo o outro e os outros dentro deste sistema (GIORDA, 2014; CALLAI, 2018).

Estudar Geografia é uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive, na medida em que esse componente curricular aborda as aéreas humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta. Ao mesmo tempo, a educação geográfica contribui para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas: na compreensão perceptiva da paisagem, que ganha significado à medida que, ao observá-la, nota-se a vivência dos indivíduos e da coletividade; nas relações com os lugares vividos; nos costumes que resgatam a nossa memória social; na identidade cultural; e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças. (BNCC, 2018, p.359)

Sobre a formação cidadã, nos chama atenção na BNCC a usualidade dos termos: *cidadãos do mundo; o mundo em que se vive; sociedades existentes; formação do conceito de identidade; a vivência dos indivíduos e da coletividade; relações com os lugares vividos; consciência de que somos sujeitos da história*, ou seja, todos esses termos destacados nos remetem à atuação do homem no tempo presente. Essa é uma delimitação importante dentro de perspectiva do desenvolvimento do Raciocínio Geográfico, por exemplo.

Os recentes documentos internacionais⁶ sobre a educação geográfica, sobretudo os documentos da União Geográfica Internacional (IGU) e convênios internacionais, com sessões dedicadas a esta área de pesquisa, colocam cada vez mais a questão cidadã no centro das discussões. Da mesma forma que a BNCC, tais documentos indicam a Geografia como um instrumento para o exercício da cidadania ativa, entendida como uma cidadania que permite ao sujeito ser consciente e reconhecer a importância das diversidades culturais, ambientais e sociais em diversas escalas territoriais, como as escalas locais, regionais e globais (GIORDA, 2014, p.58).

⁶ International Charter on Geographical Education (IGU, 1992), International Declaration on Geographical Education for Cultural Diversity (2000), Lucerne Declaration on Geography Education for Sustainable Development (IGU, 2007), Dichiarazione di Roma sull'educazione geográfica in Europa assinada em 5 de setembro de 2013 por representantes das principais associações nacionais e internacionais que se ocupam de educação geográfica: A Associação Italiana de Professores de Geografia (AIIG), as associações europeias EUGEO e EUROGEO, e A União Internacional Geográfica (IGU).

O objetivo principal da indicação da formação cidadã e da Geografia como saber estratégico nos documentos europeus é de:

[...] sustentar a renovação dos currículos nacionais nos países europeus, insistindo sobre os valores da Geografia como base para a formação de competências cruciais para o exercício da cidadania e para enfrentar os mais complexos desafios econômicos, sociais e ambientais dos próximos anos.⁷ (GIORDA, 2014 p.60, tradução nossa)

Na análise de Giorda (2014), na atualidade o tema cidadania é o que coloca a Geografia como saber estratégico, ressaltando sua importância dentro da escola, pois é este componente curricular “que fornece as competências necessárias para analisar e afrontar os principais problemas que dizem respeito ao futuro do planeta e à vida dos seus cidadãos” (p.59). De acordo com este autor, a gestão e o uso dos recursos hídricos, as mudanças climáticas, o desenvolvimento sustentável, os riscos naturais, a globalização e o crescimento das áreas urbanas são temas que colocam a Geografia como conhecimento estratégico para o futuro do planeta e de seus cidadãos (GIORDA, 2014).

Diante de tal importância assinalada ao estudo da Geografia, o autor italiano continua justificando o papel da educação geográfica, alegando que, na atualidade, tal importância ultrapassa os processos de tomadas de decisão e gestão do território, aos quais envolvem a formação de profissionais competentes e dirigentes políticos. A Geografia é vista como uma ferramenta que envolve o contexto de vida das pessoas, pois interfere nas decisões e questões de escolhas individuais, uma vez que cidadãos bem-informados e capazes de utilizar competências geográficas têm maiores chances de melhorar o seu próprio meio ambiente, desenvolver e concretizar seus projetos de vida (GIORDA, 2014). O autor, embasado em Wellens et al. (2006), defende a ideia de que a Geografia possibilita a formação de uma mentalidade aberta, fornecendo a base para a transformação social em um contexto mais amplo de uma visão dos sistemas humanos, que inclui a natureza, e que reconhece os principais processos que dizem respeito a população, os recursos, a economia, a política e a cultura (GIORDA, 2014).

De Vecchis (2011), um outro autor italiano, vai no mesmo sentido ao afirmar que o ensino de Geografia na contemporaneidade deve estar comprometido com novos cenários e novos problemas, uma vez que as relações homem-natureza se tornam cada vez mais complexas e o equilíbrio cada vez mais frágil. Sendo assim, a Geografia deve desempenhar uma função educativa de grande relevância e destaque na escola e na universidade (DE VECCHIS, 2011).

A Geografia, que coloca no centro de seus estudos o homem que vive e opera sobre o planeta na Terra, deve acolher com imediatez e aprofundamento

⁷ No original: “[...] sostenere il rinnovamento dei curricoli nazionali nei paesi europei, insistendo sul valore della geografia come base per la formazione di competenze cruciali per l’esercizio della cittadinanza e per affrontare le più complesse sfide economiche, sociali e ambientali dei prossimi anni”.

estas mudanças, com as contradições, os conflitos e as novas abordagens espaciais que comporta.⁸ (DE VECCHIS, 2011, p.50, tradução nossa)

O sentido da formação cidadã no ensino de Geografia para além da “tábua rasa”

Parece fundamental dizer nesse sentido que não há como omitir a relevância social do estudo da Geografia. Nessa perspectiva, estamos em convergência com Almeida et al. (2019), quando afirmam que é necessário fundamentar com solidez o sentido de se ensinar Geografia.

No entanto, a partir de nosso ponto de vista, as ações que envolvem a formação cidadã devem ultrapassar práticas que se dedicam pura e simplesmente a um determinado contexto isolado e geograficamente descontextualizado de uma determinada realidade, como os casos anteriormente mencionados, a exemplo da coleta seletiva na escola, do plantio de árvores no bairro, do controle do gasto de água na escola e em casa. Ressaltamos que essas ações são importantes do ponto de vista da consciência e da criação de hábitos, mas a Geografia deve buscar soluções para problemas de nosso cotidiano de forma mais aprofundada, não podemos aceitar a “tábua rasa”. A respeito de uma prática pedagógica que vá nessa direção, nos atesta Roque Ascensão (2020, p.138) que é necessário o docente ter como base: “o conhecimento teórico, recontextualizado e transformado em conhecimento escolar”.

Torna-se necessário reconhecer, portanto, que o papel social da Geografia é inerente ao seu objetivo de estudo, uma vez que a vida humana se desenrola em um contexto geográfico, que envolve processos socioambientais, como sugerem Almeida et al. (2019):

[...] a noção de que viver em determinadas geografias é coexistir e correlacionar-se com diversos entes distribuídos, de diversas constituições e formas, em suas similitudes e diferenças. Indica que a relação entre sociedade e natureza avança, muda e se transforma em acordo com cada sociedade em seu processo histórico [...]. (ALMEIDA et al., 2019 p.16)

De modo a exemplificar tal questão, buscamos, em um outro contexto, no caso o italiano, o que se considera, de modo geral, o papel da Geografia na formação cidadã. É possível perceber que o objetivo está atrelado a preocupação com o presente, indicando que a Geografia deva estar voltada mais à questão da educação para a convivência civil e para a educação ambiental com vistas ao desenvolvimento sustentável (ROCCA, 2007, p.229).

ROCCA (2007) evidencia que a evolução da didática da Geografia, no contexto europeu, e, conseqüentemente, no contexto italiano, está colocando esse campo do saber em estreita relação com as educações voltadas ao ambiente, ao desenvolvimento

⁸ No original: “La Geografia, che pone al centro della sua attenzione l’uomo che vive e opera sulla Terra, dovrebbe cogliere con immediatezza e approfondire questi cambiamenti, con le contraddizioni, i conflitti e i nuovi approcci spaziali che comportano”.

sustentável e à paisagem. Além disso, reconhece que os conhecimentos e as habilidades indicadas pelas normativas ministeriais na Itália, em relação à educação ambiental, estão estreitamente relacionadas com as habilidades Geográficas e com o saber estar no mundo.

Pensando para além da educação ambiental e do desenvolvimento sustentável, percebemos que há outros aspectos que merecem reflexão quando se pensa na Geografia contribuindo para a formação cidadã e, vice-versa, quando se pensa na contribuição da cidadania para construir a Geografia. Para Milton Santos esses aspectos são complementares, inseparáveis e de extremo valor.

O professor Milton, quando convidado para a abrir a XVI Encontro Estadual de Professores do Rio Grande do Sul, com o tema “Por uma Geografia cidadã”, esclarece logo de início que tomou a liberdade de acrescentar: “Por uma Epistemologia da Existência” (SANTOS, 1996). Ora, Milton Santos foi muito perspicaz ao acrescentar um subtítulo, o qual nos faz pensar sobre a existência do homem e, neste caso, vinculado ao espaço onde o próprio homem vive seu cotidiano. Ao introduzir o cotidiano, para que talvez pensemos nos nossos espaços de vivência e como nos colocamos nele, Milton nos traz os conceitos que vão definir a dimensão humana e sociológica em relação ao espaço: a corporeidade, a individualidade e a socialidade.

Creio que estas três dimensões ajudam o estudo do cotidiano do ponto de vista espacial. Devemos ver, daqui há pouco, que o fato de estar juntos dentro de uma área contínua tem reflexos na maneira como a espacialidade se dá, como a individualidade evolui e como a corporeidade é sentida. Outras dimensões do cotidiano são, todavia, centradas numa compleição geográfica de cotidiano. O cotidiano supõe o passado como herança. O cotidiano supõe o futuro como projeto. O presente é esta estreita nesga entre o passado e o futuro e cuja definição depende das definições de passado e de futuro: desta existência do passado, da qual não nos podemos libertar porque já se deu; e desse futuro, que oferece margem para todas as nossas esperanças, exatamente porque ainda não existe. É que a base do fato é que cada um de nós são dois, oscilando entre a necessidade e a liberdade, entre o que somos e o que queremos ser, entre a dificuldade de afirmação diante das situações e a crença de que podemos ser outra coisa e de que podemos construir outra coisa. Esse duplo homem e esse duplo cotidiano nos remetem de volta às relações de corporeidade, individualidade, socialidade e espacialidade. (SANTOS, 1996, p.10)

Santos (1996) nos provoca a pensar nas relações de existência que ocorrem no espaço e afirma que a “cidadania se dá segundo diversos níveis. Sobretudo neste país, todos não são igualmente cidadãos” (p. 7). Essa é uma afirmação que permite refletir outra dimensão da cidadania. Por que não somos igualmente cidadãos? O que a Geografia tem a nos ensinar ao pensarmos nos conceitos de corporeidade, individualidade e socialidade do qual fala Milton Santos?

Neste sentido, parece que não basta pensar no papel da Geografia como disciplina escolar que permite compreender a cidadania de deveres e direitos. Sim, a Geografia pode ser considerada uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive. Contudo, sob esse ponto de vista, o professor nos tira da zona de conforto e amplia ‘o mundo em que se vive’, nos trazendo questões outras. Não basta então somente dizer

que somos iguais, que devemos estar unidos em prol do meio ambiente, da comunidade, da escola, do bairro e da cidade. O recado de Milton vai além, está relacionado com os privilégios e o não direito; está relacionado com a corporeidade, que se traduz em como me apresento e me vejo diante do espaço, o que segundo suas palavras diz respeito “a minha capacidade de mobilidade, da minha localidade, da minha lugaridade”; com a individualidade de cada um, que remete as categorias subjetivas, e neste caso relaciona-se com “a consciência dos homens: consciência do mundo, consciência do lugar, consciência de si, consciência do outro, consciência de nós”; e por fim, com a socialidade, que se manifesta nas relações entre indivíduos. “Esse fenômeno de estar junto inclui o espaço e é incluído pelo espaço” (SANTOS, 1996, p.10). Assim sendo, outros fenômenos que ocorrem no espaço podem ser contemplados e pensados em quase totalidade, como as migrações, os espaços das minorias, os efeitos do racismo, dos preconceitos e tantos outros problemas ligados aos privilégios.

Passadas mais de duas décadas da conferência do professor Milton Santos no XVI Encontro Estadual de Professores do Rio Grande do Sul, encontramos os resultados de estudos da professora Helena Callai (2018), os quais foram feitos a partir de entrevistas com professores e análises de livros didáticos sobre a temática da cidadania. A pesquisadora concluiu que as ações práticas na escola e o conteúdo dos livros didáticos não contemplam a cidadania como deveriam e que, além disso, limitam a aprendizagem dos discentes e os levam à mera reprodução do conteúdo:

Como principais resultados possíveis de serem apresentados, constata-se que a educação geográfica é entendida como a possibilidade de compreender que o espaço que nos abriga e nos acolhe, que é construído por nós e ao mesmo tempo em que fazemos a história acontecer, vamos deixando rastros que materializam o que resulta dos processos vividos. E, nesse bojo está a busca pela construção da cidadania, que é constitutiva da educação geográfica. Mas, ao mesmo tempo que se constata este entendimento pela bibliografia estudada, pelos depoimentos dos professores, nos enunciados dos livros didáticos e pelo uso que o professor faz dos mesmos, enfim, nas suas ações práticas como docente da escola, isso está longe de acontecer, seja pela organização espaço-temporal da escola e do ensino, seja pelo papel do livro didático que tem sido utilizado como o único instrumento para a realização do ensino e, assim, a aprendizagem do aluno se restringe a mera repetição de conteúdo. (CALLAI, 2018, p.26)

O professor Milton Santos, em suas contribuições acerca da cidadania e Geografia, nos deixou duas importantes perguntas a esse respeito: “a primeira é como ajudar a construir a cidadania através da Geografia e a segunda é como construir a Geografia através da ideia de cidadania, tarefas inseparáveis” (SANTOS, 1996, p.8).

Considerações Finais

A primeira conclusão que podemos retirar após esta breve exposição é que o estudo da Geografia deve contribuir para o entendimento de uma cidadania que envolva aspectos de diversos níveis, pois em um país de contradições e desigualdades, ainda não somos igualmente cidadãos.

Portanto, tudo indica que o sentido de formação cidadã transpõe a ideia de deveres e direitos, da convivência em comunidade, e abarca a ideia dos privilégios e o não direito. Em alguma medida, isto significa retomar o questionamento: O que seria esta Geografia do cidadão?

Com base em todas as referenciais aqui empregadas, reforçamos que a cidadania ativa somente pode ser efetivada por um sujeito consciente e crítico, de tal modo que, neste caso, a Geografia constitui instrumento que possibilita o desenvolvimento de um saber estratégico para esse fim. Por outro lado, acreditamos que o estudo da Geografia deve estar intrinsecamente relacionado com a ordem espacial, ou seja, com a espacialidade dos fenômenos por ela investigados, possibilitando ao aprendiz responder às questões da realidade e aos contextos de cunho verdadeiramente geográfico.

Referências

ALMEIDA, Cecília Cardoso Teixeira de; MARTINS, Elvio Rodrigues; SILVA, Jorge Luiz Barcellos da. A CIÊNCIA GEOGRÁFICA E O ENSINO DE GEOGRAFIA DOS ANOS 1980 AOS DIAS DE HOJE: uma avaliação. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, [S.L.], v. 9, n. 18, p. 05-19, 17 jun. 2020. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/747>. Acesso em: 12 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão Final. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 26 jun. 2020.

CALLAI, Helena Copetti. Educação geográfica para a formação cidadã. **Revista de Geografia Norte Grande**, [S.L.], n. 70, p. 9-30, set. 2018. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-34022018000200009. Acesso em: 02 mar. 2021.

CALLAI, Helena Copetti. O ensino da Geografia e a nova realidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n.24, p. 67-72, maio, 1998. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38900/26307>. Acesso em: 03 jan. 2021

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Pensar pela Geografia: ensino e relevância social**. Goiânia: Alfa, 2019. 232 p.

DE VECCHIS, Gino de. **Didattica della Geografia: teoria e prassi**. Novara: De Agostini, 2011. 237 p.

GIORDA, Cristiano. **Il mio spazio nel mondo**. Roma: Carocci, 2014. 206 p.

LLANCAVIL, Daniel Llancaivil; QUITULEF, Hernán González. Pensamiento geográfico y educación ciudadana en Chile. Una mirada desde la educación geográfica. **Didacticae: Revista de Investigación en Didácticas Específicas**, [S.L.], n. 9, p. 25-38, 26 mar. 2021. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/didacticae/article/view/32448>. Acesso em: 28 ago. 2022.

SANTOS, Milton. POR UMA GEOGRAFIA CIDADÃ: POR UMA ESPITEMOLOGIA DA EXISTÊNCIA. **Boletim Gaúcho de Geografia**, n. 21: 7-14, ago., 1996. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38613/26350>. Acesso em 10 de jan.2022.

PEZZATO, João Pedro. GEOGRAFIA ESCOLAR NO BRASIL: uma trajetória com mudanças culturais e a permanência do discurso em prol da cidadania. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 241-267, 14 set. 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/13359>. Acesso em: 20 abr. 2022.

ROCCA, Lorena. **Geo-scoprire il mondo**. Lecce: La Biblioteca Pensa Multimedia, 2007. 330 p.

ROQUE ASCENÇÃO, Valéria de Oliveira. A Base Nacional Comum Curricular e a produção de práticas pedagógicas para a geografia escolar. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, [S.L.], v. 10, n. 19, p. 173-197, 24 jul. 2020. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/915>. Acesso em: 02 mar. 2021.

Lúcio Antônio Leite Alvarenga Botelho - Doutor em Geografia com dupla titulação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pela Università Degli Studi di Padova (UNIPD), Itália. Mestre e graduado em Geografia. Autor de livros didáticos e material EAD. Docente com experiência no Ensino Fundamental, no Ensino Médio e no Ensino Superior. Desenvolveu funções como Coordenador de Geografia e Analista de série. No Ensino Superior ministrou as disciplinas de Recursos Hídricos, Cartografia, Cartografia temática, Pedologia, Análise ambiental, Espaço Natural do Brasil, Planejamento Agrário, Metodologias de Pesquisa em Geografia, Geografia Política e Geopolítica, Laboratório de práticas de pesquisa: a escola e suas identidades, nos cursos de Geografia, História, Turismo e Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Campus Coração Eucarístico, em Belo Horizonte. Foi membro da comissão de correção do vestibular UFMG entre 2009 e 2013.

Recebido para publicação em 30 de Agosto de 2022.

Aceito para publicação em 31 de Agosto de 2022.

Publicado em 01 de setembro de 2022.